

Situação das reservas afasta a possibilidade de uma nova moratória

Divida Externa
Teodomiro Braga e
Consuelo Diegues

BRASÍLIA — Ainda há um grande espaço para manobras antes de se cogitar de uma nova suspensão nos pagamentos da dívida externa, garantem os técnicos do governo diante do ressurgimento do fantasma da moratória. A situação das contas externas do país ainda é confortável, apesar das nuvens negras que despontam no horizonte. Até fevereiro, as reservas internacionais do Brasil em caixa atingiram US\$ 6,4 bilhões, o nível mais elevado desde o início do governo Sarney, o que corresponde a mais de cinco meses de importações. Além disso, as exportações estão em ritmo acelerado, somando US\$ 5,6 bilhões nos quatro primeiros meses do ano — US\$ 500 milhões mais do que no mesmo período do ano passado, quando o Brasil obteve o maior saldo comercial de sua história.

Os sinais inquietantes são a acelerada evasão de divisas do país, tanto por meios oficiais quanto clandestinos, e a possibilidade de atrasos na entrada de recursos externos já programados, que dependem da assinatura de novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Além da evasão clandestina de dólares, que em grande parte ocorre às custas de divisas do comércio exterior, a evasão por meios oficiais vem atingido níveis recordes. De janeiro a maio, as remessas de lucros ao exterior pelas multinacionais alcançaram US\$ 1,2 bilhão, apenas US\$ 500 milhões a menos do que a previsão para o ano. O repatriamento de capital já chegou a US\$ 380 milhões, enquanto o Banco Central trabalhava com a hipótese de retorno de US\$ 400 milhões ao longo de 12 meses.

Investimento — Enquanto os capitais saem de forma acelerada, a entrada de investimento externo continua em ritmo medíocre, somando apenas US\$ 150 milhões nesses cinco primeiros meses do ano. O maciço envio de dólares pelas multinacionais às suas matrizes repete a tendência verificada no ano passado e é atribuída pelos técnicos do Banco Central a dois fatores principais: ao congelamento do câmbio na fase inicial do Plano Verão, que permitiu às multinacionais enviar os dólares a um custo menor em cruzados, e à incerteza em relação às perspectivas do país. A extraordinária diferença entre a cotação do dólar no mercado paralelo em relação ao câmbio oficial, por outro lado, tem contribuído de forma decisiva para o grande crescimento da evasão clandestina de divisas para o exterior, ao estimular o subfaturamento de exportações e superfaturamento de importações.

A evasão de divisas através do comércio exterior vem sendo investigada pelo Banco Central, que já identificou a criação de companhias de exportação brasileiras no Panamá e nos Estados Unidos com a finalidade de facilitar fraudes nas exportações e importações.

Exportações — Apesar de expressiva, a perda de dólares, provocada pelas remessas e pelos repatriamentos de lucros nesse ano, vem sendo contrabalançada pela performance do comércio exterior. Na última reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), na quarta-feira da semana passada, o diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), Namir Salek, revelou que o ritmo das exportações continuou elevado em maio, quando as guias de vendas ao exterior ultrapassaram em 10% os números do mesmo mês do ano passado. Há alguns indícios, porém, que atualmente estaria se verificando uma tendência de queda no saldo comercial, possivelmente em consequência da defasagem na cotação oficial do dólar.

Segundo informações do BC, a média diária de exportações teria caído US\$ 40 milhões em comparação com os US\$ 150 milhões registrados em média no mesmo período do ano passado. Há uma suspeita de que esse resultado está relacionado com o contrabando de soja para o Paraguai e Uruguai. Por outro lado, houve em maio um crescimento de 53% nas autorizações de importações — o que não significa, porém, que essas autorizações necessariamente irão se concretizar.

Mesmo que esses sintomas venham a se confirmar, os técnicos governamentais não têm dúvida quanto a obtenção de novo saldo comercial gigantesco nesse ano, em razão da esperada retração do mercado interno no segundo semestre, que empurrará as grandes empresas novamente para o comércio exterior. Dessa forma, a capacidade do país continuar pagando em dia seus compromissos da dívida externa só ficará seriamente comprometida se atrasarem os desembolsos dos mais de US\$ 4 bilhões de empréstimos externos que o governo espera receber no segundo semestre, incluindo US\$ 600 milhões da segunda e última parcela do empréstimo dos bancos credores, US\$ 1 bilhão do FMI e US\$ 1,1 bilhão do Banco Mundial, além dos recursos do Fundo Nakasone.

A decretação de nova moratória, entretanto, é um recurso que as autoridades econômicas só cogitam recorrer num caso extremo, depois de esgotarem vários outros recursos que o país ainda tem à disposição para enfrentar uma eventual escassez de divisas.